

A internacionalização da língua portuguesa. O que é? Por quê? Para quem? Como?

The internationalization of the Portuguese language. What is it? Why? For whom? How?

Davi Albuquerque

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>

albuquerque07@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem dois objetivos: apresentar uma contribuição ao debate sobre o português língua internacional e delimitar os conceitos a respeito do processo de internacionalização da língua portuguesa, por meio das perguntas relacionados tanto ao processo, quanto aos atores envolvidos nele, sendo elas: o que é que entendemos sobre internacionalização do português? Por que é necessário pesarmos sobre este assunto? Quem é que se beneficia dessa internacionalização? Como isso deve ser feito? Para respondermos tais questionamentos, separamo-los um em cada seção e utilizamos o método da bibliometria e da pesquisa bibliográfica a fim de elaborar o portfólio bibliográfico com as referências pertinentes, analisá-las no decorrer deste texto e discutirmos sobre uma proposta nossa de classificação dos conceitos relacionados ao português internacional e à internacionalização do português. Os resultados alcançados foram os seguintes: a internacionalização do português é um processo que já está em andamento e o que pode ser feito é decisões no campo da política linguística para otimizá-lo e torná-lo inclusivo, enquanto o português língua internacional pouco se sabe sobre como elaborá-lo, quem deve fazê-lo e como deve ser feito, permanecendo apenas um ideal.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Lusofonia; Português Língua Internacional; Internacionalização do português.

ABSTRACT

This work has a twofold objective: to contribute to the debate on Portuguese as an international language and to delimit concepts of the internationalization of the Portuguese language, through questions related to both the process and the actors involved in it, namely: what do we understand about the internationalization of Portuguese? Why is it necessary for us to weigh in on this matter? Who benefits from this internationalization? How should this be done? In order to answer these questions, we separate them in each section. After that, we use the method of bibliometrics and bibliographic research to prepare a portfolio with relevant references. Furthermore, we analyze these references throughout this paper and discuss our proposal for classifying the concepts related to international Portuguese and the internationalization of the Portuguese. The results achieved were the following: the internationalization of the Portuguese is a process that is already underway and what can be done is decisions in the field of language policy to optimize it and make it inclusive, while Portuguese is an international language, little is known about how to do it, who should do it and how it should be done, remaining only an ideal.

Keywords: Portuguese language; Lusophony; Portuguese as an International Language; Internationalization of the Portuguese.

1. Introdução¹

A língua portuguesa apresenta um potencial cultural, social, político e econômico que, nos últimos anos, vem sendo destacado por alguns autores, como em Reto (2012). Isso faz com que o processo de internacionalização dessa língua, bem como a discussão (ou construção) de um português língua interacional sejam tópicos necessários a serem abordados². Ademais, por esses mesmos fatores mencionados, a língua portuguesa vem ganhando espaço no cenário mundial, aumentando, assim, o número de aprendizes que estão a procurá-la pelas mais variadas razões.

Contudo, quando observamos as investigações, em andamento ou concluídas, e o número de publicações existentes, verificamos uma quantidade reduzida de trabalhos, bem como há, ainda, uma parte deles que versa sobre a internacionalização do português de maneira indireta, tornando o total de textos diminuto em demasia, quando comparado com a importância desse tema.

Com isso, ao montarmos nosso portfólio de publicações, optamos por dividir as referências encontradas em nossa revisão e pesquisa bibliográficas, as quais seguiram parâmetros da bibliometria³, entre ‘publicações diretas’, que tem como objeto o português língua internacional ou a internacionalização da língua portuguesa e que foram utilizadas e citadas no decorrer deste trabalho, e ‘publicações indiretas’, as quais relacionam a internacionalização com outros temas, como a internacionalização da língua e do ensino superior (sendo que este tema apresenta uma vasta bibliografia, já que relaciona o papel não apenas do português, mas de outras línguas, como o inglês, na internacionalização da educação e das instituições de ensino), as questões de poder no processo de internacionalização do português (GRAYLEY, 2014), os discursos e sujeitos existentes neste processo (SEVERO; LEVISKI, 2019), entre outras. Assim, vale lembrar, que não utilizamos aqui essas referências indiretas, não por desmerecê-las, pois devido à escassez de estudos, consideramos esse tipo de publicação importante e pertinente, mas apenas pela necessidade de delimitarmos nosso tema e não fugirmos do escopo deste trabalho.

Dessa maneira, nosso artigo tem um objetivo duplo, tanto contribuir para enriquecer o debate sobre o português língua internacional, como também delimitar e refletir sobre os conceitos e os atores envolvidos no processo de internacionalização da língua portuguesa. Os objetivos que procuramos alcançar aqui dar-se-ão por meio dos questionamentos realizados por nós, sendo eles:

- O que é (o que entendemos sobre) a internacionalização do português?

¹ Agradeço a Roberto Mulinacci e a Soraia Lourenço pela leitura cuidadosa de uma versão prévia deste texto e pelo fornecimento de material valioso para a redação deste trabalho. As incongruências que, porventura, permanecerem, são de minha inteira responsabilidade.

² Neste texto utilizamos os termos ‘português língua internacional’ e ‘português internacional’ como sinônimos.

³ Sobre a metodologia na bibliometria, a qual fizemos uso, bem como a elaboração de um portfólio de publicações, remetemos o leitor a Treinta *et al.* (2014). Sobre a distinção entre revisão bibliográfica, listagem das referências sobre um tema, e pesquisa bibliográfica, levantamento crítico e analítico da bibliografia de um tema pensando em um problema específico, ver Garcia (2016).

- Por que é necessário falarmos/ escrevermos sobre este assunto?
- Para quem é ou quem se beneficia dessa internacionalização?
- Como deve ser feito esse processo?

Assim, dedicamos cada seção deste texto a uma dessas perguntas, procurando respondê-la e, simultaneamente, levantar outras indagações, bem como deixar algumas em aberto para investigações futuras.

2. A internacionalização do português: o que é?

Em primeiro lugar, é necessário diferenciar o processo de internacionalização do português do que chamamos de ‘português língua internacional’, ou seja, uma variedade supranacional, o que Mulinacci (2016) distingue entre o processo de internacionalização do português e seu status de língua internacional, de um lado, e um padrão ou norma internacional do português, de outro lado.

Para a internacionalização de uma língua, em nosso caso, do português, é preciso separar duas definições distintas, uma mais específica, que parece se adequar apenas ao inglês como língua global (*World English*)⁴, outra mais ampla, que compreende o uso da língua em diversos setores, serviços ou qualquer elemento dentro relações internacionais, entre elas ONG, comércio internacional, entidades internacionais, internet (sites, redes sociais etc.).

Nessa segunda definição, a qual podemos apontar como internacionalização *lato sensu*, é que inserimos o processo de internacionalização da língua portuguesa, pois acaba por ser utilizada para compreendermos como um conjunto de políticas e práticas de promoção, difusão, expansão e manutenção da língua em setores distintos nos quais já apresentam alguma relação e/ou interesse no português, bem como em outros, em que não há presença do português, mas nos quais se busca divulgá-la afim de conquistar novos falantes e espaços. Digno de nota é que, ainda, o que chamamos de internacionalização *lato sensu*, estamos conscientes de que apresenta certas semelhanças com alguns aspectos estudados na política linguística, porém isso não desabona a classificação proposta aqui, já que se trata de uma interseção entre dois assuntos próximos, bem como o processo de internacionalização está ligado a decisões e ações de política linguística.

⁴ Esse tipo de definição de *World English*, bem como dos vários termos próximos (*Global English*, *International English*, *English as a Lingua Franca*), modifica-se de acordo com a abordagem de cada autor, porém o que se mantém em comum é o fato de se incluir na análise as diferentes variedades de L2, LE, variedades não nativas do inglês e seu papel como uma língua auxiliar internacional entre diferentes povos, culturas e eventos comunicativos. Para maiores informações, ver Bolton (2004).

Ademais, salientamos que empregamos a segunda definição pelo fato de compartilharmos do posicionamento de Mulinacci (2016), o qual não acredita na possibilidade de o português vir a ser uma língua internacional da mesma maneira que o inglês, porque para este se aplica a definição de internacionalização *stricto sensu*, como uma espécie de língua franca internacional a ser utilizada entre falantes com L1 distintas e que fazem uso dela para a comunicação intercultural, segundo a definição de House (1999) para o inglês língua franca. Assim, nas palavras de Mulinacci (2016), o linguista explica que:

Em nenhuma circunstância, porém, parece haver as condições para que se possa definir o português como uma “língua internacional” *stricto sensu*, estando, com efeito, o seu raio de ação – na qualidade de meio de comunicação para locutores de idiomas diferentes –, circunscrito a países onde ele já desempenha o papel de língua oficial ou a interações verbais extremamente pontuais (e minoritárias), como aquelas em que o português serve de língua estrangeira (MULINACCI, 2016, p. 111).

Em relação ao português internacional, baseamo-nos nas três perspectivas apontadas por Bolton (2004) para o *World English*, sendo a primeira mais ampla, abarcando o círculo interior (*inner circle*), o círculo exterior (*outer circle*) e o círculo expansível (*expanding circle*), de acordo com a proposta de Kachru (1985); a segunda perspectiva é mais específica, considerando apenas os círculos interior e exterior; e a terceira é semelhante à segunda, porém não trabalha com a concepção dos círculos de Kachru, dando uma importância igual às diferentes variedades, sendo esta perspectiva a pluricêntrica.

De acordo com a realidade atual da língua portuguesa, a segunda perspectiva é a que se encontra em voga, pois, conforme a análise conduzida por Oliveira (2013), o português apresenta um modelo de gestão e promoção dual da língua, com o protagonismo de Portugal e Brasil. Assim, para a construção e a difusão do português língua internacional, a perspectiva mais apropriada é a terceira, a pluricêntrica e que não promove uma primazia de uma variedade, norma ou centro linguístico sobre os demais⁵.

Digno de nota é que até o momento não existe uma norma supranacional ou internacional do português, há apenas uma ou outra reflexão ou proposta a respeito. Destacamos Santos (2016), a qual traz algumas observações, afirmando o seguinte: “(...) esta é a minha proposta – escrita no que chamo o PI, o português internacional, ou seja, uma variedade da língua que tende para o comum, que evita bairrismos e palavras ou expressões apenas de uma variante e não de todas”, enquanto que em Mulinacci (2016, p. 105), o autor se opõe a uma possível formação de um português internacional por meio da subtração de alguns elementos gramaticais específicos de alguma variedade local/

⁵ Apesar de considerarmos essa opção, uma gestão pluricêntrica, como a mais válida como uma teoria a ser posta em prática futuramente, Mulinacci (com. pes.) a considera inviável, ao menos em curto prazo, por considerar que os países lusófonos e seus falantes ainda não têm condições para isso, o que causaria um retorno ao dualismo atual de Portugal-Brasil.

nacional, quanto para a própria noção de ‘português internacional’ e da aplicação de conceitos da anglofonia e do *World English* para o português.

Ademais, outros autores lançam mão de algumas ideias/ estratégias que podem contribuir com a internacionalização ou o português internacional: Lourenço (2016) reflete a respeito de como seria ensinar Português Língua Não Materna (PLNM), visando a promoção do português internacional; Oliveira (2013) apresenta a situação atual do português no cenário mundial e as políticas e projetos existentes para sua difusão; e Castro (2010) e Assunção (2019) discutem que a internacionalização do português se relaciona com investimentos para o português como língua científica internacional⁶.

3. Por que português língua internacional?

Qual é a importância da internacionalização do português? E da construção do português internacional? Por que é importante falarmos sobre estes assuntos? E por que é importante para a língua e seus falantes? Nesta seção tentaremos responder essas perguntas.

A internacionalização da língua portuguesa, em primeiro lugar, é importante para a manutenção de seus falantes; para seu futuro e de sua língua, por meio da transmissão linguística regular entre as gerações; e para sua expansão, alcançando outros falantes em diferentes modalidades, como Português Segunda Língua (PL2), Português Língua de Herança (PLH), Português Língua Estrangeira (PLE) e Português Língua de Acolhimento (PLAc)⁷. Ainda nesta primeira função, vale destacar o papel da comunicação intercultural dentro do mundo lusófono e, na medida do possível, fora dele. Afirmamos isso, pois sabemos das limitações do português para ser usado como uma língua internacional ou língua franca no cenário mundial, já que é a língua inglesa que assume tal atribuição, conforme é discutido no decorrer deste texto.

O *Plano de Ação de Lisboa* (CPLP, 2014) aponta cinco domínios que consideramos como respostas às perguntas aqui levantadas sobre os quais são os motivos da existência e da discussão em torno da internacionalização da língua portuguesa, são eles:

- i. Língua de ciência e de inovação
- ii. A língua como fator de relevância na economia criativa
- iii. A língua na cooperação entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas
- iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais
- v. A língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas. (CPLP, 2014, p. 5).

⁶ Digno de nota é que a CPLP, no *Plano de Ação de Brasília* (CPLP, 2010) e no *Plano de Ação de Lisboa* (CPLP, 2014) já reconheciam a importância da ciência na promoção do português, principalmente nas organizações internacionais, nos aspectos econômicos e na melhoria da comunicação a nível internacional. Por isso, por meio do IILP, decidiu investir no projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC).

⁷ Por considerarmos uma modalidade muito específica no processo de internacionalização e ainda sem estudo algum sobre a relação entre esses dois tópicos, não abordaremos aqui o papel do PLAc e seus falantes, deixando a investigação dessa relação para um trabalho futuro.

Assim, discorreremos sobre cada um deles abaixo. O primeiro, a internacionalização do português, é importante para expandir seu papel como língua de ciência internacional, bem como para a divulgação da ciência mundial dentro do mundo lusófono e, por sua vez, a divulgação da ciência lusófona a nível internacional. O português como língua internacional e científica oferece instrumentos para seus falantes pensarem, expressarem-se e produzirem todo tipo de inovação tecnológica, sendo que tal assunto já foi abordado por Castro (2010), Teixeira (2016), Conceição (2018) e Assunção (2019).

A economia, fator basilar na expansão dum povo e de sua língua, está relacionada, conseqüentemente, com os usos, em nosso caso, do português em diversos eventos comunicativos e domínios discursivos. Assim, o português ao se mostrar uma língua apta para ser utilizada nos comércios e negócios, bem como seu povo ter atividade e representatividade no comércio e relações internacionais faz com que a língua portuguesa possibilite e estimule seus falantes às trocas comerciais e ao empreendedorismo, e, simultaneamente, em acordos bilaterais, o português alcançará falantes de outras línguas e culturas. Sobre o papel da economia na promoção e internacionalização da língua portuguesa, há o trabalho notável de Reto (2012).

A internacionalização da língua portuguesa a eleva a um status de língua franca dentro dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de comunidades em diáspora. Isso oferece diversas vantagens, sendo as principais: a possibilidade da comunicação entre os povos falantes de diferentes línguas e culturas; o português ser uma língua de instrução para facilitar o ensino e comunicação em situações de PL2 em alguns países da CPLP ou de PLH nas comunidades diaspóricas; e sua expansão a territórios/ falantes vizinhos, nos mesmos cenários citados (CPLP e diáspora), como PLE.

O uso duma língua em organizações internacionais aumenta seu poder, seu status, sua representação e seu potencial econômico. Por esses motivos, esse tópico é uma preocupação constante, e com razão, dos planos de ação da CPLP citados aqui. De acordo com Oliveira (2013):

O português é língua com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC e brevemente, de acordo com os desdobramentos de negociações, na ASEAN, bloco que Timor-Leste passará a integrar a partir de 2017, ampliando, lá também, as possibilidades de uso diplomático e societário do português (OLIVEIRA, 2013, p. 412).

Além desses citados, como o ASEAN, via Timor-Leste, o português poderá estreitar seus usos e relações com outras organizações internacionais, como o Grupo dos 77, da ONU, e o *Asian Development Bank* (ADB), tendo uma projeção futura favorável para outros órgãos que atuam nesse continente. Esses fatores mostram que a representatividade do português a nível internacional tende

a aumentar e, com isso, sua visualização, aumento na demanda de profissionais e procura de ensino por parte de aprendizes.

Finalmente, o processo de internacionalização do português em diferentes setores, conforme apontado anteriormente, traz, como resultado claro, sua promoção pelo mundo, gerando um impacto positivo em seu ensino como PLE, tanto em situação de imersão (a procura de aprendizes estrangeiros dentro dos países lusófonos, via bolsas, iniciativas de empresas privadas, acordos e cooperações bilaterais etc.), quanto em não imersão (atuação dos Estados Membros e de profissionais nos países estrangeiros, por meio dos órgãos nacionais responsáveis pela difusão do português, programas de leitorado, investigação científica, envio de bens culturais materiais e imateriais etc.), sendo esse domínio outra preocupação constante da CPLP.

Para resumir, a internacionalização do português serve como um instrumento para melhorar/ampliar os eventos e situações comunicativas intra- e interculturais, facilitando e otimizando a vida dos falantes e dos aprendizes. Esse processo funciona, ainda, como um meio para ascensão pessoal e econômica dos indivíduos e das comunidades ao ser possível conhecer pessoas e culturas novas, entrar em contato com elas e ter a possibilidade de fazer parte dos setores em que ocorrem oportunidades para lusofalantes.

4. Internacionalização para quem?

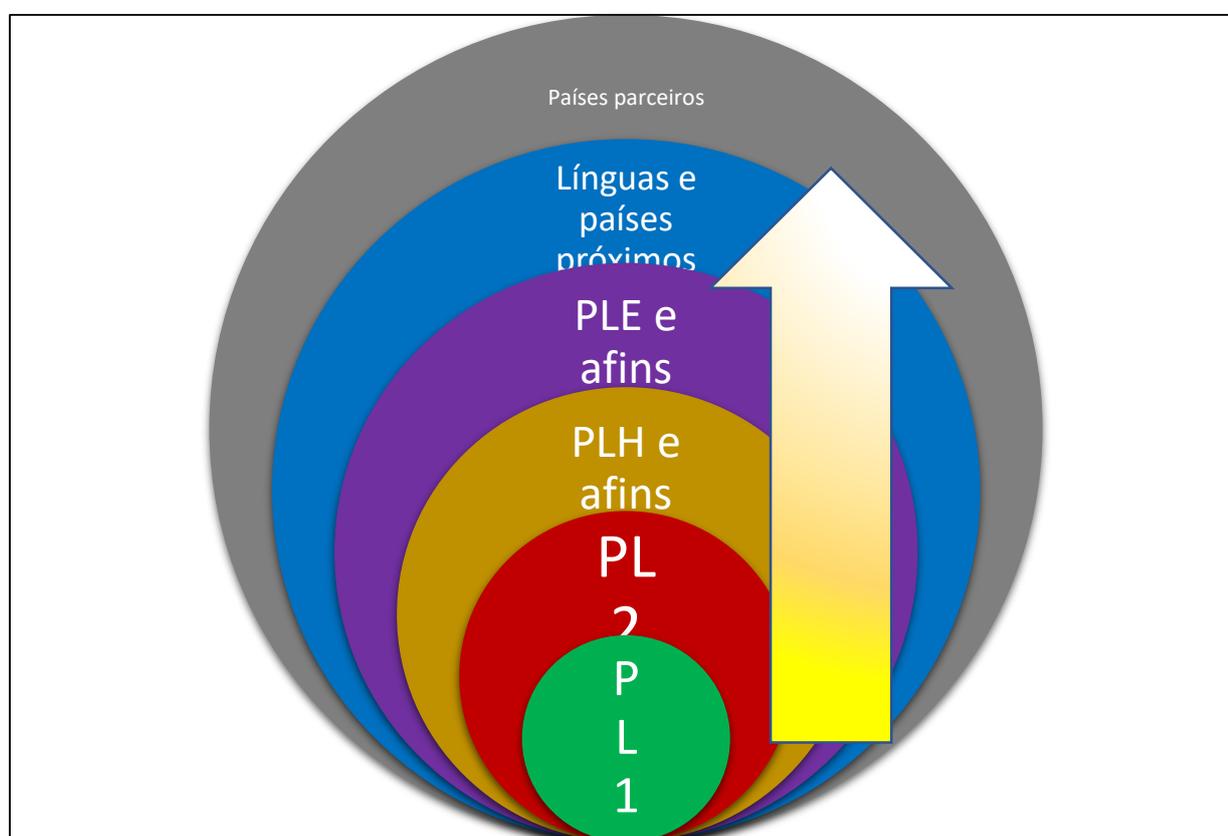
A internacionalização do português, bem como a construção de um português internacional viria beneficiar, a nosso ver, uma série de pessoas, uma parcela significativa da população mundial, diversos setores e profissionais, instituições e alguns países, já que o português está entre as dez principais línguas do mundo em indicadores como falantes, território, movimentações comerciais e financeiras dos países de língua oficial, número de sites e usuários na internet, entre outros. Assim, essa nossa afirmação anterior pode parecer exagerada, ingênua ou até utópica, porém nesta seção a explicaremos detalhadamente por meio dos dados conhecidos e das reflexões/ resultados oriundos de publicações especializadas a respeito do tema.

Ao pensarmos em quem beneficiar-se-á da internacionalização do português, podemos seguir a ideia dos círculos concêntricos de Kachru e pensá-la como uma força centrífuga, partindo do centro do círculo interno (dos falantes nativos) em direção não somente aos falantes não nativos, mas também a organizações, entidades e países estrangeiros. Assim, o esquema dos beneficiados e da direção dessa força se encontra a seguir:

- Falantes de Português L1 (PL1) > Falantes de PL2 > Falantes de PLH/ em diáspora > Aprendizes de PLE, professores de PLE e demais profissionais de áreas afins (tradutores, escritores, editores, jornalistas, pesquisadores etc.) > Países vizinhos e/ou falantes de línguas tipologicamente próximas, principalmente o espanhol > Principais países parceiros de trocas, sendo os principais os sinófonos, hispanófonos e anglófonos.

Elaboramos também a figura (1) como uma forma de ilustrar e esquematizar essa força centrífuga que, a nosso ver, atua tanto em quem se favorece com a internacionalização do português, quanto nos atores/ beneficiários que podem agir sobre outras esferas nesse processo.

Figura 1. Esquema dos principais beneficiados com a internacionalização do português



Fonte: Elaboração própria.

Iniciando pelo círculo central, o de falantes de PL1, fica claro que os principais interessados numa difusão e futura expansão do português internacional são seus falantes nativos, bem como seus respectivos países, especialmente Portugal e Brasil, e organizações nacionais e internacionais relacionadas à língua portuguesa, podendo ser apontados aqui órgãos oficiais, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no Brasil, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal; empresas privadas, como escritórios, editoras gráficas, entre outras; e organizações internacionais,

como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Porém, temos conhecimento da complexidade das interações e do espaço lusófono, e sabemos que não podem ser resumidos a apenas um esquema ou uma figura. Até mesmo neste primeiro elemento de nossa proposta, que seria o PL1, a lusofonia apresenta alguns problemas para a análise. Discutimos aqui dois deles, a saber: a situação dos falantes nativos fora do eixo Brasil-Portugal (África e diáspora) e o papel do Brasil e demais países na difusão.

Sobre a situação dos falantes em diáspora, há uma população de cerca de 8 milhões, em países de importância linguística, econômica e geográfica, como Estados Unidos, Japão, Paraguai e Venezuela (OLIVEIRA, 2013, p. 411), que, além de movimentar bens linguísticos, como os vários projetos, ações e o mercado de PLH espalhados pelo mundo, realizam transações econômicas significativas, conforme Martes (2008) aponta, só os brasileiros em diáspora nos Estados Unidos são responsáveis por cerca de 5 bilhões de dólares anualmente, enquanto os demais ainda está para ser calculado, mas, obviamente, é um número superior à cifra mencionada. Já os demais Estados Membros da CPLP, principalmente Angola e Moçambique, acabam por apresentar um número total de falantes, seja como PL1 ou PL2, que é destaque na lusofonia, bem como estão entre os cinco melhores países africanos para investimentos⁸. Desta maneira, urge que ambos os países assumam um lugar de destaque dentro da CPLP e da promoção da língua portuguesa, principalmente por meio das vias oficiais, ou seja, das autoridades governamentais de seus países, investindo nas áreas de ensino, pesquisa, difusão e promoção do português, estando ao lado do Brasil e Portugal. Por fim, o papel do Brasil é um tanto problemático porque, mesmo tendo feito diversas ações nas últimas décadas, como o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), o MRE e o setor de Diplomacia Cultural e Educacional (junto com suas três divisões), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), os Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), os leitorados brasileiros, os Centros Culturais Brasileiros (CCB) e os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEB), UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) e a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), o Museu da Língua Portuguesa, o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados (MARCA), entre outras⁹, ainda assim, o impacto e a proporção dessas ações são reduzidos, quando comparados com o poderio internacional, o número de falantes de português no

⁸ De acordo com o documento *Africa Investment Risk Report 2019* (EXXAFRICA, 2019), os outros três países são Etiópia, Gana e Mauritânia.

⁹ Para um histórico e detalhamento dos projetos e ações do estado brasileiro para a difusão do português, ver Albuquerque e Ramos (2021), Brasil (2021), Nóbrega (2016) e Silva (2010).

Brasil e o potencial que o governo brasileiro tem para investir e atuar, verifica-se que o Estado brasileiro ainda tem muito a fazer, conforme Faraco (2016) salienta em seu texto:

Ao Brasil falta um órgão do Estado que coordene as ações de língua portuguesa. O país tem, claro, estruturas, no Ministério das Relações Exteriores, direcionadas para realizar a cooperação internacional em vários planos (...)

No entanto, o país destina, comparativamente [a Portugal], reduzidas dotações orçamentárias para as ações de promoção da língua; e a DPLP não tem, entre suas tarefas, a gestão e a coordenação das ações do Estado brasileiro em matéria de língua.

Essa situação favorece a dispersão, quando não a sobreposição de ações. (FARACO, 2016, p. 348).

A situação dos falantes de PL2 apresenta uma projeção positiva tanto nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), quanto na Ásia (Macau e Timor-Leste). Em relação aos PALOP, mesmo diante da suposta ‘ameaça’ da presença anglófona, o português ocupa espaços e assume funções distintas nesses países, estando relacionado a questões identitárias, culturais, sociais e linguísticas (a proximidade com os crioulos, símbolo de status, aspectos históricos e de unidade nacional etc.). Ademais, visando o crescimento econômico, os governos dos PALOP estão estreitando laços com os países da CPLP e, desta forma, investindo também no ensino de PL2, o que faz com que a população seja beneficiada tendo oportunidades, via língua portuguesa, dentro de seus respectivos países e também fora, com o apoio de outros Estados Membros (Portugal e Brasil). De maneira distinta, Macau apresenta um sistema de ensino e de relações comerciais e internacionais sólidos, sendo um foco de aprendizagem e difusão do português na Ásia, podendo ser até avaliado como um centro de estabilidade e promoção futura do português nesse continente. Enquanto Timor-Leste apresenta um número reduzido de falantes e certa instabilidade, ao receber apoios anglófonos e ter uma forte influência australiana e indonésia, porém mantém laços culturais e de cooperação bilateral fortes com Portugal, bem como alguns acordos com o governo brasileiro, nas áreas educacional, econômica, judiciária, eleitoral e técnicas em geral (ALBUQUERQUE; RAMOS, 2020). Isso faz com que o número de falantes de PL2 somente tenda a crescer, juntamente ao interesse dos aprendizes na internacionalização do português. Com isso, é possível afirmar que o processo de internacionalização beneficia esses falantes, que têm pensam em se dedicar aos estudos, aprendizagem, promoção e à diáspora entre os países lusófonos, vindo estudar e/ou trabalhar em países como Brasil e Portugal.

Os falantes de PLH e em diáspora já são um número significativo, conforme apresentamos anteriormente, e com um interesse e um conjunto de ações dos pais, demais familiares e membros da comunidade para a transmissão e a difusão da língua e cultura lusófonas em ambientes domiciliares, comunitários e até no país local. Dessa maneira, a nosso ver, esses falantes e famílias são conscientes das vantagens da língua portuguesa e de sua internacionalização basta os Estados Membros, a CPLP e o IILP oferecem apoio e incentivo aos projetos, às práticas e às ações que vêm oferecendo resultados

positivos, sejam elas institucionais, sejam particulares, procurando reduzir certos entraves burocráticos, já que a internacionalização do português é de grande interesse desse público-alvo.

De maneira semelhante, os aprendizes e professores de PLE, e demais profissionais de áreas afins (tradutores, escritores, editores, jornalistas, pesquisadores etc.) apresentam motivações pessoais, acadêmicas e profissionais, bem como contribuem ativa e passivamente com a difusão do português, assim a internacionalização é de grande interesse desse público pelo fato de que manterá ou até desenvolverá seus respectivos espaços de atuação. Porém, dentro deste público-alvo, especificamente uma parcela dos aprendizes de PLE, que apresenta uma situação distinta, a qual é destacada da seguinte maneira:

(...) é não menos provável que haja também um número significativo deste conjunto pouco ou nada interessado em se integrar numa das duas culturas-alvo da Lusosfera e desejoso somente de adquirir um domínio do português que lhe permita viajar pelos estados da CPLP, fazer ali negócios, comunicar com as populações residentes ou simplesmente entrar em contato com outros utentes internacionais desta língua. Em suma, lusofalantes substancialmente indiferentes, por exemplo, às questões do neocolonialismo linguístico levantadas pela noção de Lusofonia ou que não estão devidamente inteirados dos aspetos interculturais que afetam a aprendizagem da língua nem dos problemas de compreensão ligados aos principais eixos de variação dela (...) (MULINACCI, 2016, p. 121).

Podemos chamar esses aprendizes de introdutórios, aqueles que não têm interesse em avançar em seus estudos em língua portuguesa, pois a utilizam apenas em situações/ espaços limitados e específicos. Como solução para estes aprendizes, vale a pena investir na política de promoção e divulgação do potencial da língua portuguesa para eles com o intuito de mostrá-los as vantagens de desenvolver suas habilidades e competências em PLE seja para o mercado de trabalho, para a vida acadêmica, negócios, viagens etc. Assim, caberia novamente a responsabilidade aos Estados Membros e à CPLP, desta vez, para dedicarem-se a uma espécie de publicidade e marketing do português, afim de conquistar tanto esses aprendizes, como atrair novos¹⁰.

A relação do português com o espanhol é importantíssima para sua internacionalização devido a diversos fatores, sendo os principais o linguístico, o geográfico e o econômico. No campo da linguística e do ensino de PLN, as relações entre português e espanhol se destacam há décadas, com o trabalho pioneiro de Lombello (1983) e a obra seminal de Almeida Filho (1995a), tanto por

¹⁰ Essa publicidade deve ter um formato semelhante à exposição sobre o *Potencial Económico da Língua Portuguesa* e ao estudo homônimo coordenado por Luís Reto e Instituto Camões (RETO, 2012), destacando personalidades lusófonas marcantes do passado e do presente, celebridades de diferentes campos (cientistas, escritores, músicos, atores, esportistas etc.) e dados socioeconômicos atrativos da língua aos (futuros) aprendizes, entre eles: o português é a 6ª língua mais falada do mundo com cerca de 221 milhões de falantes; é a 5ª língua mais utilizada na internet com cerca de 171 milhões de utilizadores; é a 3ª língua mais utilizada na rede social Facebook com cerca de 59 milhões de usuários; é a 6ª língua mais utilizada em negócios; é considerado um dos 10 idiomas mais importantes nas próximas décadas, estando entre os primeiros em importância para o futuro nas áreas de comércio e ensino (PLE e PLH) em diversos países europeus, como Inglaterra e Espanha, e nos Estados Unidos (RETO, 2012; LOURENÇO, 2016; ALBUQUERQUE, 2020; ALBUQUERQUE; RAMOS, 2021).

serem línguas lexical e tipologicamente próximas, como pela necessidade de uma abordagem e método de ensino específicos para esses aprendizes¹¹. Ademais, devem ser valorizados e incluídos em políticas linguísticas e de internacionalização do português as variedades fronteiriças já reconhecidas no campo científico, o Português Uruguaio (CARVALHO, 2003) e o Barranquenho (CORREIA, 2019), as quais podem representar a relevância de comunidades locais nesse processo, na manutenção do português e sua difusão de diversas formas, fora do padrão normativo dos grandes centros linguísticos, ou seja, numa proposta tanto pluricêntrica, quanto multilíngue/ multidialetal. No âmbito da geografia, o português e o espanhol são línguas vizinhas em dois continentes, a saber: na Europa, Portugal e Espanha; e na América, Brasil e os vários países vizinhos de língua oficial espanhola. Ainda, é possível destacar o convívio das duas línguas no cenário da Guiné Equatorial, na África. Em relação à economia, o espanhol também merece destaque nas relações comerciais com o português, pois ao pensarmos ambas as línguas como uma comunidade linguística, o governo brasileiro já se interessa há décadas pelo interesse do ensino do espanhol para no Brasil para estreitar os laços econômicos na América do Sul, principalmente no Mercosul (ALMEIDA FILHO, 1995b) e, posteriormente, no Unasul, bem como Esperança (2016) aponta que os países de língua espanhola (a comunidade linguística do espanhol) estão em segunda posição entre os maiores parceiros nas trocas comerciais com a comunidade portuguesa, de acordo com a tab. (1):

Tabela 1. Comércio internacional entre comunidades linguísticas com a comunidade lusófona

Comunidade linguística	Milhões de Euros
Chinês	131.842
Espanhol	119.812
Inglês	113.890

Fonte: Esperança (2016, p. 24, adaptado)

Dessa maneira, os investimentos e a intensificação das relações comerciais, políticas e educacionais entre os países lusófonos e hispanófonos trariam benefícios mútuos, sendo um dos caminhos mais claros para o futuro, a difusão e a internacionalização do português, já que, conforme apresentamos, há a proximidade linguística, geográfica e econômica, bem como uma parcela significativa dos hispanofalantes têm interesse na língua portuguesa.

Finalmente, ainda tendo como base a tab. (1), os outros dois maiores parceiros comerciais da língua portuguesa são o inglês e o chinês. Sobre o primeiro, o inglês, os países lusófonos já têm uma

¹¹ Para um panorama desses métodos de ensino dedicados aos aprendizes hispanófonos, ver Carvalho (2002).

certa preocupação em investir seja na educação básica, seja na educação superior, pensando-se na internacionalização do ensino superior, no desenvolvimento do português como língua de ciência e suas relações com o inglês, e, no caso do Brasil, programas como *Inglês Sem Fronteiras*, *Idiomas sem Fronteiras* e o *Ciência sem Fronteiras* (este desativado em 2014). Ainda, Oliveira (2013, p. 430) destaca também a importância de se estreitar laços linguístico-econômicos com países anglófonos como a Índia e África do Sul, como países em desenvolvimento e membros dos blocos BRICS e IBAS, com acordos no campo da educação e da pesquisa científica. Digno de nota é que esses países se encontram em situações semelhantes ao Brasil, nas quais podem ocorrer cooperações e interesses em comum tanto nos setores mencionados, quanto em outros de importância estratégica. A China, outro membro do BRICS, tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil e do bloco lusófono, bem como é um investidor de destaque nesses países, porém isso se deu somente num período recente, tendo um pouco mais de uma década de duração. Da mesma maneira que as trocas comerciais, a China investiu fortemente num programa de ensino de chinês para estrangeiros, por meio do Instituto Confúcio, tendo proeminência os países lusófonos, já que entre os anos de 2008 até 2018, o Brasil teve dez institutos inaugurados, localizados em dez estados distintos, com um total de mais de 10.000 alunos matriculados e centenas deles avançaram nos estudos da língua chinesa, ganhando bolsas para cursos nesse país (PAULINO, 2019). A relação com Portugal ocorreu em outros termos, já que há um histórico de colonização e trocas culturais de séculos entre ambos países, com a presença portuguesa marcante em Hong Kong e, especialmente, Macau, mas tais relações se estreitaram diplomaticamente na década de 1970, culminando na transferência pacífica da soberania de Macau para China, em 1999, e todos os acordos de transição administrativa entre os dois países, com Macau mantendo o português como língua oficial e a fundação dum Instituto Confúcio na Universidade do Minho, em 2014 (GU, 2019). Ademais, Portugal está investindo bastante no ensino de PLN para aprendizes chineses, oferecendo uma série de escolas, cursos, bolsas e pesquisas tanto na China, como em Portugal, sendo que o Brasil está começando algumas atividades similares, como o envio de leitores brasileiros, abertura de postos de aplicação do CELPE-Bras, entre outras (GROSSO; CLETO, 2014; QIAORONG; ALBUQUERQUE, 2019). No entanto, como essas ações são recentes e os blocos lusófono e sinófono apresentam números substanciais tanto no nível populacional, como no nível econômico, o impacto e a parcela da população dos países envolvidos ainda são reduzidos, mas acreditamos que a continuidade e ampliação de projetos e ações similares oferecerão resultados positivos para a China e para a língua portuguesa, especialmente no que tange a internacionalização.

5. Como internacionalizar o português?

O “como” deve ocorrer o processo de internacionalização do português e da formação do português internacional é o tópico, dentre os abordados aqui, que se encontra em estágio mais inicial, pois, apesar de haver contribuições significativas a respeito da internacionalização, quase nada foi dito a respeito do português internacional.

Atualmente, podemos classificar em três grupos distintos as ideias e/ou propostas existentes sobre o português internacional, sendo elas:

1. Elaboração artificial de uma variedade supranacional;
2. A promoção do português internacional por meio do ensino de PLNM;
3. A difusão de maneira indireta por meio de políticas de internacionalização¹².

O primeiro grupo já foi discutido anteriormente, na seção (1) deste texto, e se trata de alguns linguistas que já refletiram a respeito da possibilidade da existência dum português internacional (MULINACCI, 2016; SANTOS, 2016), que seria feito de maneira artificial, planejada e programada, bem como com uma preocupação de não trazer elementos linguísticos e culturais que são típicos somente de uma variedade/ cultura. À primeira vista, esta solução pode parecer a mais viável diante da escassez de propostas e projetos sobre o tema, mais integradora e com possibilidade maior de apresentar bons resultados em longo prazo. Porém, ao se avaliar essa ideia com mais cuidado, é possível perceber problemas e falhas, sendo os principais: a escolha dos profissionais, o próprio método de construção, o produto que será alcançado, sua divulgação e as questões políticas e culturais que ainda permanecerão.

O primeiro problema que surge, logo na fase inicial, seria as questões e incertezas levantadas: quem seriam os escolhidos para a elaboração do português internacional? E como seria feita essa escolha (governos, entidades internacionais, a CPLP, o IILP etc.)? Seriam profissionais apenas de Portugal e do Brasil, ou também dos demais países lusófonos? Seriam chamados apenas linguistas, ou também profissionais de outras áreas (tradutores, revisores, editores, escritores, jornalistas, advogados etc.)? Como estes profissionais se reuniriam e quem os financiariam? Todas essas perguntas relevantes ainda permanecem sem respostas ou soluções, pois se deixarmos os projetos e ações para uma futura elaboração artificial de um português internacional sob a responsabilidades dos governos nacionais dos países lusófonos, acreditamos que as coisas permaneceriam como estão, com

¹² Castro (2010), dentro do âmbito das políticas linguísticas do português, classifica a internacionalização em quatro tipos distintos, de acordo com os falantes e o espaço, sendo elas: uma política europeia, uma política global, uma política para os países lusófonos e uma política de internacionalização para o espaço nacional de Portugal (podendo se pensar/ adaptar também a política para o espaço de cada país-membro da lusofonia).

uma primazia de Portugal, uma participação irregular do Brasil e um papel coadjuvante ou mínimo dos demais países. O mesmo pode ser dito a respeito da CPLP e do IILP, os quais já tem seus respectivos planos de ação e objetivos traçados a serem alcançados e, ao adicionar mais esse, seria apenas mais um tópico a ser discutido, aprovado e planejado para um conjunto de ações para um futuro muito remoto, o qual pode nem ao menos vir a se concretizar. Ademais, relegar a responsabilidade da promoção da língua portuguesa a organizações internacionais, que na maioria das vezes pretendem divulgar o inglês ou a língua de outro país influente, seria um projeto fadado ao fracasso, além de grande irresponsabilidade dos atores e entidades lusófonas envolvidos.

O método de construção do português internacional já apontado é simplesmente a subtração de elementos considerados típicos apenas de uma variedade, ou elementos gramaticais considerados mais ‘complexos’ ou difíceis ao aprendiz, os quais também não são comuns a todas as variedades do português. Os cuidados que se devem ter em relação a tal método são que não se tem conhecimento do resultado que será alcançado por meio dele, ou seja, como será a variedade do português internacional montada desta maneira, podendo ser criado ‘um monstro do Frankenstein’ ou uma ‘colcha de retalhos’ que seja irreconhecível, não sendo usada por nenhum falante, ou até mesmo inteligível a seus falantes nativos. Ademais, conforme Mulinacci (2016, p. 120) chama atenção, com base em questionamentos feitos por linguistas, professores e demais pessoas que se dedicam ao ensino de PLNM, para o fato de se há realmente a possibilidade de se construir uma variedade internacional do português sem elementos culturais ou fora do espaço cultural dos países lusófonos¹³, mas, entre suas reflexões, ao considerar a ideia de ‘linguacultura’ superestimada em alguns contextos, o autor enxerga a possibilidade muito improvável de tal variedade vir à luz e, caso venha, seria, a seu ver, limitada apenas ao ensino de PLE.

Digno de nota é que no *Plano de Ação de Díli* (CPLP, 2017) está previsto o desenvolvimento de “instrumentos necessários para a consolidação do português como língua internacional”, que ficará a cargo do IILP, sendo um desses instrumentos “um guia gramatical comum de referência”, porém não temos conhecimento de nada ter sido discutido ou retomado até os dias atuais.

Finalmente, não podemos esquecer os embates políticos e culturais que podem ocorrer antes, durante e nas fases posteriores desse processo entre os Estados Membros, utilizando de poder,

¹³ Esse debate entre o ensino de uma LE e a relação língua-cultura possui uma ampla lista de referências bibliográficas tanto de autores lusófonos, quanto não lusófonos. Como em Kramsch (1988), que explora temáticas como de identidade social e cultural, estereótipos, entre outros; Byram, Gribkova e Starkey (2002) que se dedicaram à comunicação intercultural; e Risager (2014) que, por meio do conceito de ‘linguacultura’, afirma que não há possibilidade de se ensinar línguas, seja materna, seja estrangeira ou segunda, sem se relacionar com cultura, já que o uso da língua se trata de um complexo conjunto de elementos subjetivos do aprendiz e de cada evento comunicativo específico (RISAGER, 2006). Dentre os pesquisadores portugueses e brasileiros, destacam-se um dos estudos pioneiros sobre questões culturais no ensino de PLNM, de Ferreira (1998); o reconhecido debate levantado em Almeida Filho (2002); o trabalho de Mendes (2015), o qual discute os conceitos de língua-cultura, as diferentes acepções de cultura e suas aplicações no ensino de PLNM; e Bizarro (2018), que afirma que língua e cultura são partes de um todo.

influência e demais elementos das relações internacionais para se impor uns aos outros, ficando, assim, a pergunta de se haveria também algum órgão supranacional regulador ou mediador de possíveis disputas internas entre esses países.

Os autores pertencentes ao segundo grupo, a promoção do português internacional por meio do ensino de PLN, apesar de não deixar explícito em suas publicações, acreditam que o português como língua internacional pode se dar por meio de um ensino em que o professor tenha consciência e conhecimento dessa temática para assumi-la em suas decisões e práticas pedagógicas. Os profissionais que compartilham dessa ideia estão cientes também da inexistência de materiais didáticos e de métodos que abordam a língua portuguesa de maneira internacional, ou até mesmo pluricêntrica (LOURENÇO, 2016). Recentemente, Albuquerque (2021), apesar de propor unidades didáticas pluricêntricas para o ensino de PLN, elenca os principais trabalhos que, de alguma maneira, podem contribuir com a internacionalização do português e na elaboração, de forma mais natural, de um português internacional, sendo por meio do ensino com materiais que contemplem aspectos linguísticos e culturais das diferentes variedades do português. Ainda, o autor destaca a contribuição para esse assunto dos trabalhos de Döll (2001), Stichini (2014), Lima e Reis (2017), Solai e Parma (2018), e Oliveira e Jesus (2018), bem como do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE) do IILP. Tanto nos trabalhos citados, como também o PPPL e em Lourenço (2016), é possível perceber a preocupação com a ausência de subsídios para o professor de PLN, sendo que, nas publicações citadas, há guias para a elaboração de unidades/ materiais didáticos e sugestões de unidades já prontas. Vale lembrar que o foco dos trabalhos citados anteriormente é o português pluricêntrico, o ensino das variedades e das culturas dos países lusófonos de maneira não excludente, não preconceituosa e não estereotipada. Assim, ao não existir proposta alguma do ensino de português como língua internacional, avaliamos que o início dos estudos e da divulgação do ensino do português pluricêntrico é um primeiro passo essencial.

Por fim, resta o terceiro grupo, que classificamos como a difusão do português internacional, de maneira indireta, por meio de políticas de internacionalização do português em diferentes vertentes. Essas vertentes consideramos como sendo as quatro frentes linguísticas para a internacionalização das instituições brasileiras propostas por Oliveira (2013), somadas a outras mais quatro, totalizando oito ideias sugeridas por nós com base na pesquisa sobre a mesma temática:

1. Aumentar o potencial de internacionalização da língua portuguesa e seu uso, via a CPLP, demais países e entidades internacionais interessadas no português;
2. Aprofundar a aliança estratégica entre o português e o espanhol;
3. Melhorar a interatividade em inglês;
4. Conhecer e otimizar os recursos linguísticos brasileiros, instrumentalizando as 38 línguas de imigração faladas no Brasil (OLIVEIRA, 2013, p. 429);

5. Intensificar as parcerias com os países e blocos linguísticos com quem os países lusófonos mais realizam comércio bilateral e demais relações internacionais, sendo os principais o bloco sinófono, anglófono e hispanófono (ESPERANÇA, 2016);
6. O Brasil assumir um papel relevante e proporcional à sua população e importância econômica e internacional;
7. Estender esse protagonismo aos demais Estados Membros, principalmente Angola e Moçambique, como países com projeções demográfica e econômica positivas (OLIVEIRA, 2016);
8. Estimular a organização de grupos/ comunidades linguísticas para reivindicarem seus direitos e interesses, exigindo junto a entidades oficiais nacionais e instituições internacionais políticas linguísticas específicas, de natureza ascendente ou reversa (*bottom-up*), mas, simultaneamente, benéficas para a lusofonia (especialmente nos casos do português em ilhas linguísticas, para a população em diáspora, como PLH e a situação da Galiza¹⁴).

Assim, por meio dessas políticas colocadas em prática, seria possível a formação, em longo prazo, dum português internacional de maneira natural, o qual se desenvolve de acordo com o uso e as necessidades da comunidade lusófona e das comunidades internacionais parceiras que passam a empregar cada vez mais o português tanto em suas interações com os falantes lusófonos, como também, numa possibilidade de expansão intensa do português, com indivíduos de outras comunidades linguísticas.

6. Internacionalização e internacional: que futuro? – Algumas considerações finais

Neste texto procuramos apresentar uma introdução, quase um estado da arte, dos estudos sobre a internacionalização do português e a formação do português língua internacional. Para isso, elencamos os principais trabalhos e definições a respeito, mas não nos limitamos somente a este tópico. Discutimos algumas propostas de classificação teórica, reflexões e soluções para os problemas encontrados.

Dessa maneira, o que podemos afirmar é que o processo de internacionalização do português já está em curso há décadas, já que o português se encontra numa posição privilegiada entre as línguas do mundo, estando entre as dez primeiras línguas em grande parte dos indicadores significativos (falantes, acesso a internet, território, aspectos econômicos etc.) para seu destaque global, sua

¹⁴ A parceria com o ‘bloco galego’ (língua, cultura, população, bens etc.) merece uma atenção especial e tem um papel fundamental na difusão e futuro da língua portuguesa, por isso resolvemos deixar a discussão do papel do galego na internacionalização do português para um trabalho futuro.

manutenção e expansão nos próximos anos. Assim, o diagnóstico é que a internacionalização da língua portuguesa continue no futuro, expandindo sua atuação para mais organizações internacionais e como língua de ciência e tecnologia, bem como alcançando mais profissionais, aprendizes e setores dos mais variados.

De maneira distinta, temos que ser realistas, sem chance alguma para o otimismo, como no caso da internacionalização, é quando tratamos do português internacional. Mesmo sendo uma preocupação da CPLP, de professores de PLNM e de investigadores da área, ainda não se conseguiu sequer um consenso inicial sobre ‘que língua’, ‘o que é internacional’, ‘o que é para ser internacionalizado’ e ‘quem fará isso’, e talvez nunca se chegue a algum! Por estes e outros motivos é que não podemos falar dum futuro para o português internacional, já que nem ao menos começamos a organizar algo e, mesmo que se inicie um projeto ou ação específica, terá que ser bem planejada e definida, senão será fadada ao fracasso antes de começar, principalmente pelo fator da existência de uma língua franca e de comunicação internacional dominante, que é a língua inglesa no cenário mundial atual. Assim, o português internacional terá um espaço no futuro somente se for pensado cuidadosamente para assumir setores e funções distintos daqueles já dominados pelo inglês internacional, caso contrário será um projeto natimorto, o qual nunca deixará de ser somente um ideal.

Referencias

- ALBUQUERQUE, Davi. O ensino de Português Língua Estrangeira como diplomacia cultural: atividades de cultura brasileira. *Signum*, v. 23, p. 133-150, 2020.
- ALBUQUERQUE, Davi. Materiais didáticos pluricêntricos e avaliação em aulas de Português Língua Estrangeira (PLE). *Revista Linguasagem*, v.39, Número temático PLE, p. 118-132, 2021.
- ALBUQUERQUE, Davi; RAMOS, Rui. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*, v. 9, p. 76-105, 2020.
- ALBUQUERQUE, Davi; RAMOS, Rui. O ensino da língua portuguesa no mundo: aspetos geopolíticos, demográficos e económicos. In: ALBUQUERQUE, Davi; RAMOS, Rui. (Org.). *O ensino de Português Língua Não Materna: pesquisa e práticas bem-sucedidas*. Catu: Editora Bordô-Grená, 2021. pp. 6-26.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos P. *Português para estrangeiros: interface com o espanhol*. Campinas: Pontes Editores, 1995a.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos P. Português e espanhol nas relações de interface no Mercosul. *Em aberto*, v. 15, n. 68, p. 45-48, 1995b.

- ALMEIDA FILHO, José Carlos P. Língua além de cultura ou além da cultura, língua? Aspectos do ensino da interculturalidade. In: CUNHA, M.J.C & SANTOS, P. (orgs.). *Tópicos em Português Língua Estrangeira*. Brasília: EdUnB, 2002. p. 209-215.
- ASSUNÇÃO, Carlos. Internacionalização da língua portuguesa como língua de ciência: do passado para o futuro. In: MARTINS, Moisés; MACEDO, Isabel (eds.). *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono*. Famalicão: Editora Húmus, 2019. p. 185-196.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português*. Brasília: FUNAG, 2021.
- BIZARRO, Rosa. Língua e cultura no ensino do PLE/PLS: reflexões e exemplos. *Linguarum Arena*, v. 3, p. 117-131, 2018.
- BYRAM, Michael; GRIBKOVA, Bella; STARKEY, Hugh. *Developing the intercultural dimension in language teaching: A practical introduction for teachers*. Language Policy Division: Council of Europe, 2002.
- BOLTON, Kingsley. World Englishes. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (eds.). *The Handbook of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2004. pp.369-396.
- CARVALHO, Ana M. Português para falantes de espanhol: Perspectivas de um campo de pesquisa. *Hispania*, p. 597-608, 2002.
- CARVALHO, Ana M. Rumo a uma definição do português uruguaio. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 1, n. 2, p. 125-149, 2003.
- CASTRO, Ivo. As políticas linguísticas do português. In: *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 2010. pp. 65-71.
- CONCEIÇÃO, M. C. Português na Casa do Mundo: Terminologias e Políticas Linguísticas. In: BARROSO, Henrique (coord.). *O Português na Casa do Mundo, Hoje*. Famalicão: Editora Húmus, 2018. pp. 27-38.
- CORREIA, Victor M. O barranquenho: urgência de uma política linguística? *Revista de Filología Románica*, v. 36, p. 169-178, 2019.
- CPLP. *Plano de ação de Brasília*. Brasília-DF, 2010. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa/3542#>. Acesso em 22 set. 2020.
- CPLP. *Plano de ação de Lisboa*. Maputo, 2014. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf. Acesso em 22 set. 2020.
- CPLP. *Plano de ação de Díli*. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3t3XHPz>. Acesso em 22 set. 2020.
- DÖLL, Cornelia. Zur Vermittlung grammatischer Normelemente des europäischen und des brasilianischen Portugiesischen in der Sprachausbildung an der Hochschule. In: GÄRTNER, E.;

- HERHUTH, M. J.; SOMMER, N. (eds.). *Contribuições para a Didáctica do Português Língua Estrangeira*. Actas da secção “Didáctica do Português Língua Estrangeira” do IV Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas. Universidade de Mainz em Gemersheim, 2001.
- ESPERANÇA, José P. Efeito da proximidade linguística no comércio internacional: o português no conjunto das línguas globais. In: TEIXEIRA, José (Ed.). *O português como língua internacional num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. pp. 15-30.
- EXXAFRICA. *Africa Investment Risk Report 2019*. Disponível em: <https://exxafrica.com/africa-investment-risk-report-2019/>. Acesso em: 02 de abr. de 2020.
- FARACO, Carlos A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FERREIRA, I. A. Perspectivas interculturais na sala de aula de PLE. In: Silveira, Regina (Org.). *Português língua estrangeira: perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-58
- GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica. Uma discussão necessária. *Línguas & Letras*, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016.
- GRAYLEY, Mônica V. *A internacionalização do português e as novas relações de poder entre os países de Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade Aberta, Lisboa, 2014.
- GROSSO, Maria J.; CLETO, Ana P. (Org.). *O português na China*. Ensino e investigação. Lisboa: Lidel, 2014.
- GU, Da. *Estudo sobre a divulgação da cultura chinesa em Portugal: o caso do Instituto Confúcio da Universidade do Minho*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês). Universidade do Minho, Braga, 2019.
- HOUSE, Juliane. Misunderstanding in intercultural communication: interactions in English as a lingua franca and the myth of mutual intelligibility. In: GNUTZMANN, Claus (ed.) *Teaching and Learning English as a Global Language*. Tübingen: Stauffenburg, 1999. pp. 73-89.
- KACHRU, Braj. Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. In: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. G. (eds.). *English in the World: Teaching and Learning the Language and Literatures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp. 11-30.
- KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- LIMA, Iranildes A.; REIS, Luana M. Princípios teórico-metodológicos para elaboração de material didático de PLE e a necessidade de inclusão sistemática dessa discussão nos currículos de formação de professores. *A Cor das Letras*, v. 18, n. 3, p. 194-206, 2018.
- LOMBELLO, Leonor. Articuladores e elementos de relação na aquisição de português por um falante de espanhol. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v.2, p. 89-111, 1983.

- LOURENÇO, Soraia. A globalização do ensino/aprendizagem da língua portuguesa: lusofonia e internacionalização. In: COELHO RAMOS, Joaquim; GRAUOVÁ, Sárka; JINDROVÁ, Jaroslava (Eds.). *Língua Portuguesa na Europa Central: estudos e perspectivas*. Praga: Karolinum Press, 2016. pp. 143-155.
- MARTES, Ana C. The commitment of return: Remittances of Brazilian emigres. In JOUËT-PASTRÉ, Clemence; BRAGA, Letícia. *Becoming Brazuca: Brazilian Immigration to the United States*. Cambridge, MA: Harvard University, 2008. pp. 125-150.
- MENDES, Edleise. A ideia de cultura e sua atualidade para o ensino-aprendizagem de LE/L2. *Revista Entre línguas*, v. 1, n.2, p. 203-221, 2015.
- MULINACCI, Roberto. Não falem português, falem brasileiros. Algumas notas sobre a noção de português como língua internacional. In TEIXEIRA, José (Ed.). *O português como língua internacional num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. p. 103-127.
- NÓBREGA, Maria H. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016.
- OLIVEIRA, Gilvan M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, p. 409-433, 2013.
- OLIVEIRA, Gilvan M. The system of national standards and the demolinguistic evolution of Portuguese. In: MUHR, Rudolph (ed.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Part II. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016. pp. 35-48.
- OLIVEIRA, Gilvan M.; JESUS, P. Ensinando línguas em uma perspectiva pluricêntrica. *Domínios de Linguagem*, v. 12, n. 2, p. 1043-1070, 2018.
- PAULINO, Luis A. O papel dos institutos Confúcio no Brasil durante no período 2008-2018. *Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, v. 1, n. 2, p. 173-193, 2019.
- QIAORONG, Yan; ALBUQUERQUE, Fleide D. (Org.). *O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas*. Natal: EDUFRN, 2019.
- RETO, Luís. (Coord.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores, Ltda., 2012.
- RISAGER, Karen. *Language and culture: Global Flows and Local Complexity*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- RISAGER, Karen. Linguaculture: The language–culture nexus in transnational perspective. In: SHARIFIAN, Farzad (ed.). *The Routledge handbook of language and culture*. Londres: Routledge, 2014. pp. 103-115.

SANTOS, Diana. Português internacional. In: TEIXEIRA, José (Ed.). *O português como língua internacional num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. p. 49-66.

SEVERO, Cristine G.; LEVISKI, Charlott E. Internacionalização da língua portuguesa: assimetrias, heterogeneidade e poder. *Organon*, v.34, n. 66, 2019.

SILVA, Diego B. O passado no presente: história da promoção e difusão da Língua Portuguesa no exterior. *Anais do XIV CNLF*, p. 3018-3034, 2010.

SOLLAI, Silvia; PARMA, Alan. As línguas portuguesas do mundo: Representações pluricêntricas de Português Língua Estrangeira (PLE) numa amostra de material didático. *Hispania*, v. 101, n. 2, p. 237-248, 2018.

STICHINI, Catarina. *Aquisição dos Clíticos no Ensino Simultâneo de PLE e PB a Alunos Universitários da Suécia*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Porto, Porto, 2014.

TEIXEIRA, José. Português, língua de ciência? In: TEIXEIRA, José (Ed.). *O português como língua internacional num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. pp. 175-190.

TREINTA, Fernanda T. *et al.* Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, vol. 24, no. 3, p. 508-520, 2014.